



## Resumo de Notícias

Produção: T&amp;T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

### Informe Greve na Telemont – 5º dia

# SINTTEL·ES

SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM TELECOMUNICAÇÃO NO ES

## Informe Greve Telemont

5º dia da Greve 29/11/2016

### A Oi está preocupada com a Greve dos Trabalhadores na Telemont

#### Já a Telemont não reajustou o tíquete. Será vai reajustar os salários?

O quinto dia da Greve dos Trabalhadores da Telemont foi como o dia de ontem. A galera de braços cruzados na portaria da empresa.

Tudo seguia a ordem normal de uma greve, com os trabalhadores ora encontrados, ora sentados, ora em pé, conversando, discutindo a intransigência da Telemont, quando apareceu o senhor EFICÁCIA DA OI. É um trabalhador da Operadora que controla a produção da empreiteira. Ele foi ver de perto os trabalhadores de braços cruzados, deixando de fazer os reparos e instalações. Saiu de lá muito preocupado, o que deixará a Telemont preocupada.

Por mês, os 600 técnicos, empregados explorados pela Telemont, executam em todo o estado cerca de 30 mil reparos em Velox, LA, TUP e TV. E cerca de 10 mil instalações de Velox, LA, TUP e TV. A greve vem de forma lenta afetando a produtividade da empresa. Isso significa dizer que tem cliente não sendo atendido nos prazos normais.

Apesar das paralisações estarem sendo realizadas de modo pontual, com 2 dias em Cachoeiro de Itapemirim, quando caiu um grande pé d'água, afetou a produção. Norte foram feitas em Linhares e São Mateus. Em Cariacica e Serra também a produção está atrasada.

Aqui na Grande Vitória, a greve se concentra na Serra, na sede da empresa em Jardim Limoeiro. O Grupo de técnicos se mantém unido e determinado, a espera que a empresa deixe a arrogância de lado e negocie com o Sinttel as muitas pendências.

#### Trabalhadores prender bandido em frente à Telemont

Foi na parte da tarde, quando os empregados do lado de fora dos portões da empresa viram que um homem tentou matar um trabalhador da empresa Salvador Engenharia. Ele foi esfaqueado na frente da Telemont, mas os técnicos conseguiram imobilizar o agressor até a chegada da PM.

Leia matéria completa e fotos no site: [www.sinttel-es.org.br](http://www.sinttel-es.org.br)

Curta nossa página no [Facebook/Sinttel-ES](https://www.facebook.com/Sinttel-ES)

**PERMANEÇAM MOBILIZADOS E UNIDOS**

**CONFIE NO SEU SINDICATO. A TELEMONT MENTE!**

**NESTA QUARTA, 30/11  
É O DIA D DA NOSSA  
MOBILIZAÇÃO. O  
SINTTEL CONVOCA  
TODOS PARA A  
PARTARIA DA EMPRESA  
EM JD LIMOEIRO**



30/11/2016 - Telesíntese

## PIB cai pela 7ª vez seguida. Serviço de informação é o único a crescer

PIB cai 0,8% em relação ao segundo trimestre do ano. O segmento de serviços reduziu 0,6%, e os serviços de informação foram os únicos com resultado positivo, de 0,5%. Os investimentos produtivos também estão em queda acentuada: -3,5% no 3º tri, e -13,5% no acumulado dos últimos 4 trimestres.

O IBGE divulgou hoje, 30, o resultado trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que apresenta a sétima queda seguida, trimestre a trimestre. Caiu 0,8% na comparação contra o segundo trimestre de 2016, na série com ajuste sazonal. É a sétima queda seguida.

Frente a igual período de 2015, houve contração do PIB (-2,9%) pela 10ª vez consecutiva. No acumulado dos quatro trimestres, o PIB registrou queda de 4,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, sétimo resultado negativo seguido. Já no resultado acumulado do ano até o mês de setembro, o PIB apresentou recuo de 4,0% em relação a igual período de 2015, a maior queda para este período desde o início da série em 1996.

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2016 alcançou R\$ 1,580 trilhão, sendo R\$ 1,371 trilhão referente

ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 209,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

### Investimentos

A formação bruta de capital fixo (FBCF) sofreu contração de 3,1% no terceiro trimestre de 2016, a 10ª consecutiva. Esse indicador aponta para o investimento produtivo. E o recuo é justificado pela queda das importações e da produção interna de bens de capital.

No trimestre, a agropecuária recuou 1,4%; a indústria, 1,3% e os serviços, 0,6%. No segmento de serviços, somente os de informação apresentaram resultado positivo, de 0,5%. Os demais serviços apresentaram queda, como transporte, armazenagem e correios, com queda de 2,6%; e comércio, recuo de 0,5%.

## Comissão europeia manda abrir rede de fibra óptica da MEO, da PT

A agência reguladora de Portugal só tinha determinado o compartilhamento da rede de cobre. A UE mandou que a rede de fibra da operadora de TV a cabo também fosse aberta aos concorrentes, nas áreas sem competição.

A Comissão Europeia emitiu uma recomendação concluindo que a proposta da Anacom, agência reguladora de Portugal, não está em conformidade com a legislação da União Europeia. A Comissão determina à Anacom que imponha à MEO a obrigação de fornecer acesso à linha de fibra separada, bem como ao bitstream sobre a fibra em pelo menos algumas partes do país, que a agência considerou não competitivas, em particular em áreas remotas ou rurais.

Verificou-se que a MEO possui um poder de mercado significativo (SMP) a nível de atacado em todo o país nos mercados de acesso local e nas áreas onde a concorrência nas infraestruturas ainda não se desenvolveu, no mercado de acesso central para banda larga (abrangendo todas as tecnologias: cobre, fibra e cabo).

Nos termos das directivas quadro e acesso da UE, os reguladores das telecomunicações podem impor medidas correctivas aos operadores com PMS. Estes remédios incluem tipicamente a obrigação de fornecer acesso para operadores alternativos à rede do operador histórico

A agência portuguesa verificou que o território português pode ser dividido em dois mercados de varejo geográficos distintos: as áreas "competitivas" (sobretudo urbanas onde estão presentes operadores alternativos com cobertura significativa de redes de nova geração) e não competitivas " (algumas urbanas ou predominantemente urbanas, mas principalmente rurais, onde a MEO é, de longe, a maior fornecedora de serviços de banda larga).

A Anacom, mandou então, que a MEO desse acesso nacional aos seus competidores somente para a sua rede de cobre e infraestrutura passiva (condutas e postes), além do bitstream. A comissão não criticou a não abertura da rede de fibra óptica nas áreas urbanas, apenas nas áreas onde não há competição.



29/11/2016 - Telesíntese

## PL 3453, que acaba com concessão de Telefonia e com licitação de espectro, avança para o senado

A íntegra do projeto do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) está disponível no Tele.Síntese, e não deverá ser modificada no Senado Federal.

Deputado Daniel Vilela (PMDB GO) A Comissão de Constituição e Justiça aprovou hoje, 29, a redação final do PL 3453, um mero ato formal. O projeto vai agora para o Senado Federal, e o senador Renan Calheiro já incluiu o documento na lista de projetos prioritários que deverão ser analisados a partir janeiro de 2017, com a possível convocação especial do Legislativo.

O projeto, de autoria do deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), faz poucas mas profundas modificações da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), de 1997, desregulamentando as concessões de telefonia fixa.

Por interferência do governo Temer e da Anatel, o PL sofreu modificações na Comissão de Economia, depois de já ter sido aprovado pela Comissão de C&T da Câmara dos Deputados, para contemplar dois novos grupos econômicos: os operadores de celular e de satélite.

A LGT estabelecia também um prazo determinado para a ocupação de frequências e de órbitas brasileiras de satélite. O prazo máximo é de 30 anos, quando então, o espectro também teria que ser devolvido à União para novamente licitá-lo.

As operadoras de celular faziam pressão contra essas

cláusulas da lei, pois algumas frequências que ainda são usadas para o serviço de 2G (que ainda tem milhões de usuários) estão prestes a ter as licenças vencidas (eram ocupadas quando a Telebras era estatal e transferidas para a iniciativa privada, com o prazo remanescente). As empresas alegavam que a devolução desse espectro, para a União fazer nova licitação, iria provocar muitos problemas aos consumidores (que teriam que ser realocados para outras faixas pertencentes às operadoras), além de gerar uma grande insegurança jurídica aos atuais investidores.

O Ministério Público, por sua vez, alertou, em reunião na Câmara, que esse projeto pode ser inconstitucional, já que a Carta Magna não permite que concessão pública e espectro vendido por meio de licitação possam ser mantidos para os mesmos grupos, sem que uma concorrência pública os tenha confirmado.

Leia aqui a íntegra do projeto, que não deverá sofrer alterações no Senado Federal, pois caso contrário, ele teria que voltar novamente para a Câmara dos Deputados, acabando, assim, com a celeridade que o governo, as operadoras (principalmente a Oi) precisam.



30/11/2016 - Rede Brasil Atual

## Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano

**Estado do Pará teve 3.025 quilômetros quadrados de sua área devastada, o que representa a maior taxa na Amazônia Legal**

Estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam crescimento de 29% no desmatamento da Amazônia em 2016. No período de agosto de 2015 a julho deste ano, o instituto registrou uma taxa de 7.989 quilômetros quadrados de remoção total da cobertura da floresta por corte raso. O país não atingia a marca de 7 mil quilômetros quadrados desmatados desde 2010.

O estado do Pará teve 3.025 quilômetros quadrados de sua área devastada, o que representa a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal. O Amazonas, contudo, é o estado que teve o maior aumento, com devastação 54% superior à registrada entre 2014 e 2015. Os únicos estados que apresentaram queda nas taxas foram o Acre e Mato Grosso. Mato Grosso é o segundo estado com a maior área desmatada.

O mapeamento mostra ainda que, em comparação a 2004, quando foi iniciado o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, houve redução de 71% na taxa de corte raso, ou seja, na eliminação de toda vegetação existente sobre uma área. Os dados são registrados por satélite em áreas que tem mais 6,25 hectares.

### Repercussão

Especialistas e integrantes de organizações não governamentais reagiram ao resultado. Para Tasso Azevedo, coordenador do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, o crescimento do desmatamento em 2016 deve representar um aumento de 130 milhões de toneladas de gás carbônico nas emissões brasileiras. "Isso equivale a tudo que emitiu em 2015 o Estado de São Paulo, o mais populoso do Brasil, ou a duas vezes a emissão total de Portugal. A área desmatada é o dobro da meta que o Brasil fixou para 2020, de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, para 3.925 quilômetros quadrados. Estamos nos afastando cada vez mais do compromisso", afirma.

O Greenpeace defendeu mudança nas políticas de combate ao desmatamento. "O número é a colheita do que se planejou nas políticas nos últimos anos: anistia a desmatadores no Código Florestal, abandono da criação de áreas protegidas e demarcação de terras indígenas e o passa-vergonha da meta para florestas do Brasil na ONU. Para reverter essa situação só

há um jeito: desfazer as políticas erradas. O anúncio da transparência do Cadastro Ambiental Rural é um começo, mas é preciso fazer mais", disse Marcio Astrini, coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) também se manifestou sobre a elevação da taxa e cobrou ações mais efetivas de combate ao problema. "Essa taxa comprova que a luta contra o desmatamento precisa ser uma batalha nacional, não mais apenas da área ambiental. Nós, enquanto sociedade, deixamos que isso acontecesse, e agora teremos de ser criativos para reduzir e zerar a devastação. Precisamos de novos incentivos, de monitoramento mais eficiente e do envolvimento do setor privado. Só comando e controle não bastam mais", declarou André Guimarães, diretor-executivo do Ipam.

### Governo

Em nota, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, afirmou que, desde junho, o orçamento da pasta obteve um crescimento significativo para as principais unidades envolvidas no combate ao desmatamento: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Serviço Florestal Brasileiro.

"O MMA (Ministério do Meio Ambiente) conseguiu disponibilizar a integralidade de limite para empenho, ou seja, o ministério tem hoje zero por cento de contingenciamento", destacou o ministro.

Sarney declarou ainda que a nova fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal deve ampliar o diálogo com os estados e os setores produtivos e que será elaborada uma lista de municípios prioritários na Amazônia e no Cerrado para a adoção de medidas de prevenção e controle do desmatamento. O ministro reconheceu que o monitoramento não é suficiente. "Embora necessários, instrumentos de comando e controle têm alcance limitado, sendo indispensável o desenvolvimento de alternativas econômicas", declarou.

A Agência Brasil entrou em contato com a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará, mas até o momento da publicação desta matéria, não recebeu retorno.



30/11/2016 - Carta Capital

## Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55

### Senado analisa proposta que causará limitação drástica de gastos públicos por 20 anos

A apreciação pelo Senado, a partir desta terça-feira 29, da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), de limitação drástica dos gastos públicos por duas décadas, colocará em jogo um dos principais instrumentos de justiça social do País, os gastos com educação e saúde.

Comprimir os desembolsos do governo nessas áreas é o centro da PEC, que tramitou e foi aprovada pela Câmara como PEC 241.

As perguntas e respostas abaixo, elaboradas a partir de pronunciamentos de vários economistas, mostram que o governo caminha contra a história e a tendência mundial com seu projeto de impor mais sacrifícios aos mais pobres e poupar os ricos de maior tributação.

#### Qual será o principal efeito sobre a sociedade no caso de aprovação da PEC 55?

O resultado mais importante será uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, os únicos da proposta que exigem uma mudança da Constituição. Haverá grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados nas duas áreas.

#### O que diz a Constituição em relação aos gastos com a saúde e a educação?

A Constituição em vigor determina que ao menos 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) do governo federal devem ser gastos obrigatoriamente em educação. Na saúde, o mínimo é 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), percentual a ser alcançado gradualmente até 2020.

A obrigatoriedade de aplicações iguais ou superiores a esses percentuais é considerada indispensável para combater a profunda desigualdade de acesso à saúde e à educação no País.

#### O que acontecerá com a destinação das verbas se a PEC passar?

Os valores aplicados em 2016 correspondem a 15% da RCL em saúde e 23% da RLI em educação. Em 2017, os percentuais serão 18% e 15%, respectivamente. A partir de 2018, as duas áreas terão como pisos os valores mínimos do ano anterior, reajustados só pela inflação.

Hoje o aumento dos gastos acompanha o crescimento da receita, quase sempre superior à inflação. A conclusão é que o valor mínimo destinado à educação e saúde cairá como proporção das receitas de impostos e também em relação ao PIB,

com grave prejuízo para a população de menor renda.

O que diz o governo?

Segundo o governo, a PEC 55 não prejudica a saúde e a educação, pois seu único objetivo é promover maior realismo orçamentário. Ela não congela os gastos reais com saúde e educação, dizem as autoridades, só estabelece que, para aumentá-los, será necessário diminuir os gastos reais em outros itens do Orçamento.

Mas se é assim, por que a proposta contém um artigo específico que prevê a redução dos atuais mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação? Isso, os defensores da PEC 55 não explicam.

#### A PEC 55 é uma proposta moderna? Outros países adotaram medida semelhante?

A proposta é atrasada, por vários motivos. Não há outro país com uma regra semelhante válida por duas décadas. Limites para o crescimento de despesas são fixados para alguns anos e têm por base o comportamento do PIB, que é o que faz sentido.

Além disso, a PEC contraria a tendência mundial de revisão das políticas de austeridade fiscal dos governos, apontadas como uma causa importante da estagnação das economias desde 2008.

O governo diz que a medida é necessária por causa do descontrole dos gastos primários do governo em 2014 e 2015, que estaria na origem do aumento da dívida pública nesses anos.

Isso não é verdade. Na última década, o Brasil só teve déficit primário nos últimos dois anos.

#### Se o gasto primário não é a principal causa do aumento da dívida pública, qual é a explicação?

A dívida pública cresceu por causa da acumulação de reservas cambiais, da significativa queda da arrecadação nos anos recentes em consequência da recessão e das desonerações fiscais e do aumento dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. A última despesa passou de 500 bilhões de reais em 2015, cerca de 8% do PIB. O problema não está, portanto, no lado dos gastos, mas no das receitas.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>